

Economia - Brasil **Os planos se cruzaram**

O ministro Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores, a rigor não cuidou de responder a algumas observações do senador Roberto Campos quanto à necessidade de o Brasil levar em conta, em sua política internacional, as realidades do poder mundial. As referências que o chanceler fez à *Realpolitik* e à cooperação mundial nada acrescentam à compreensão da realidade do mundo contemporâneo, que nos oferece, exatamente, o espetáculo de duas superpotências que se defrontam na corrida armamentista e ao mesmo tempo buscam, pelo diálogo, a cooperação capaz de reduzir o ônus financeiro dos armamentos sobre suas respectivas economias. O chanceler pretende mais longe do que reiterar que o mundo é complexo e que a percepção da realidade deve ser multifacetada; a rigor, poder-se-ia dizer que, em sua última conferência na Escola Superior de Guerra, o ministro das Relações Exteriores pretendeu dizer que o relacionamento comercial com os países do Terceiro Mundo é importante para a balança comercial do Brasil. O que é um raciocínio não só pragmático, como de *Realpolitik* — ainda que se devesse acrescentar que alguns dos países em desenvolvimento com os quais comerciamos atravessam situação idêntica à brasileira, e estão atrasando seus pagamentos internacionais, não nos podendo socorrer, o que não acontece com os países industrializados...

O que o chanceler fez, na ESG, foi defender a política externa, não mais nos aspectos retóricos e declaratórios de solidariedade terceiro-mundista, mas no que se refere à orientação comercial e a certa simpatia pelo mundo subdesenvolvido. Possivelmente, s. exa. tivesse em mente os comentários mordazes dos que procuram fazer da debilidade da posição brasileira diante da comunidade financeira internacional uma razão a mais para que o Itamaraty abandone publicamente suas opções pelo Terceiro Mundo, quando não pelos não-alinhados. O ministro Sarai-

va Guerreiro tem consciência, nesse particular, de que a política que pretendia seguir — o *universalismo* dos primeiros meses, e o declarado apoio aos não-alinhados, depois — já não tem bases reais de poder (sempre a *Realpolitik*...) para sustentar-se, sendo hoje mera política declaratória. Sabe, no entanto — e admira-se de não o terem percebido seus críticos —, que não é possível ao governo brasileiro fazer as retificações de curso *ex abrupto*, nem terem, eles, consciência de que as mudanças se fazem sentir mais pelos efeitos da ação do que pelas palavras. Os que contam mais com as palavras do que com os atos estarão com certeza decepcionados.

Há, em sua palestra na Escola Superior de Guerra, razões suficientes para registrar que as mudanças de rumo, já assinaladas por ocasião da anterior visita à ESG, continuam. Em primeiro lugar, registre-se que o “chauvinismo de grande potência” não mais existe: o diagnóstico que o Itamaraty faz da crise internacional e da inserção do Brasil nela “não é alimentado por falsas pretensões”. Se isso acontece, é porque o chanceler tem consciência, especialmente depois da crise no balanço de pagamentos, de que seus “instrumentos de ação revelam-se, por vezes, penosamente pobres”.

Esses instrumentos são pobres, no sentido de pequenos e de pouco alcance quando manejados pelo Brasil, porque a solução dos problemas internacionais (econômicos ou políticos, e todos são políticos) cabe aos países industrializados. Os que vivem a fase do “em desenvolvimento”, esses são espectadores de sua própria crise. Apesar da retórica de muitos comunicados conjuntos, é importante ressaltar que o Itamaraty já vê na crise na América Central, além das raízes históricas profundas, “a questão das formas insidiosas de presença externa”, além da “cegueira e da simplificação ideológica das lideranças também de pequenas na-

ções”. Será preciso nomear expressamente Cuba e Nicarágua?

A Rússia, também, é vista objetivamente: o desdobramento do poder soviético assume formas notórias de desestabilização do sistema internacional. Por isso, o Brasil acompanha com “apreensão esse processo que, para nós, tem *implicações básicas*” (grifamos). Daí a repetir o que antes se dissera sobre o fato de o Brasil estar ligado ao Ocidente pela cultura, pela História e pelos valores básicos vai um passo.

A correção de curso, como anotávamos a propósito da anterior conferência do ministro Saraiva Guerreiro na ESG, faz-se lentamente, mas se faz. Já não se nota na palestra de quarta-feira o tom desassombrado contra o Norte industrializado — apenas o registro imparcial das responsabilidades que lhe cabem nesta crise mundial. Da mesma maneira, diante do fervor nacionalista que se vislumbra em muitos setores do governo brasileiro, é importante assinalar a relevância emprestada pelo chanceler aos novos padrões emergentes de relacionamento econômico entre as nações, expresso na integração “investimento—tecnologia—comércio”. Essa visão imposta pela crise no balanço de pagamentos altera o modo de ver as coisas na Casa de Rio Branco. Já não se rejeita o conflito Leste—Oeste em favor da oposição Norte—Sul: “Os modos de encaminhar os problemas (...) são diferentes. São dois tipos de jogos diplomáticos, que hoje têm tabuleiros que se entrecruzam, se afetam mutuamente, embora tenham lógica diferente”. Foi-se, assim, o tempo em que para o Itamaraty os problemas Leste—Oeste impediam a correta visão do relacionamento Norte—Sul. Hoje, para a Chancelaria, os dois jogos têm pontos comuns. Esse reconhecimento deverá orientar a ação do Itamaraty e da Presidência nos difíceis momentos que esperam a diplomacia brasileira, a começar pela solução a ser dada ao caso dos aviões líbios.